

DINÂMICA DOS GASTOS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Avanço de investigação em curso

GT25: Educação e desigualdade social

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy
Silvana Nunes de Queiroz

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução dos gastos em ensino superior das famílias brasileiras, ocorrido na última década (anos 2000). A pesquisa tem por hipótese dois eixos fundamentais: i) a confirmação do crescente valor social que a educação mostra e ii) o paradoxo entre o concomitante aumento do número de alunos na rede privada e a diminuição dos valores médios dispendidos pelas famílias. Na dimensão empírica utilizou-se a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – do Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia (IBGE) como base de dados. Os principais resultados apontam para um volume mais intenso da variação do número de alunos e da renda para as famílias mais pobres e a proliferação do número de famílias em relação aos gastos que explicariam a aparente diminuição destes.

Palavras-chave: Educação, Ensino Superior, Desigualdade

1. Introdução

Este trabalho insere-se num debate muito mais amplo e que tem subjacente a seguinte questão: as instituições de ensino superior devem ou não operar como empresas de fins lucrativos? Se por um lado, as economias capitalistas em geral, e no caso específico, da América Latina, devem oferecer condições de liberdade de empreendimento, por outro um direito básico previsto nos princípios da cidadania (MARSHALL, 1967) deve ser objeto de ganhos financeiros?

A teoria econômica costuma apontar para os ganhos de eficiência resultante do princípio da maximização dos lucros: alocação de recursos mais focada evitando desperdícios, incentivos direcionados a premiar os membros da instituição estritamente pelo desempenho ou mérito, estrutura organizacional e administrativa “enxuta”, etc. Portanto, a argumentação principal consiste no profissionalismo da gestão e na capacidade de mobilização dos recursos encontrado na organização privada. A abordagem ainda destaca que o perfil público traria lentidão, com muitas instâncias decisórias, além de todo o arcabouço jurídico que impede flexibilidade, seja nas aquisições de material de ensino ou no simples dia-a-dia da organização, incluindo até a premiação do pessoal administrativo, ou seja, uma configuração rígida dissonante de um mundo em constante mudança.

Por outro lado, há um argumento contundente de que a cultura geral da maximização da eficiência traria efeitos indesejados para a integridade acadêmica. Em outras palavras, no campo da pesquisa, a de cunho não lucrativo seria comprometida. A título de exemplo, investigar e produzir características em lâmpadas que permitam a redução do seu tempo de vida seria mais interessante ao mercado e traria recursos às instituições acadêmicas do que uma pesquisa que almejasse encontrar meios técnicos para a fabricação de lâmpadas mais longevas. Haveria então um conflito de interesses que levaria o eixo da pesquisa a trilhar caminhos mais econômicos do que acadêmicos. Na dimensão do ensino, a meta primordial de oferecer instrução aos alunos passa a ser a de ofertar ensino aos alunos com vistas ao lucro, o que indica que a remuneração de proprietários e sócios teria então preponderância.

Os proponentes da oferta do ensino privado superior com fins lucrativos ainda argumentam que com a massificação do ensino superior na atualidade, o setor público seria incapaz de arcar com os recursos financeiros requeridos. Portanto, à despeito dos prós e contras envolvidos na questão, a oferta privada com fins lucrativos seria uma imposição da realidade.

De fato, por algum tempo o ensino superior público ou particular confessional dominava o cenário no mundo, contudo, caracterizava-se pela gestão sem fins lucrativos. Pouco a pouco, as instituições que almejam o lucro passam a exercer um papel cada vez mais relevante, inicialmente nos EUA e a América Latina passa a acompanhar esta tendência. Embora alvo de polêmicas e debates que extrapolam o escopo deste trabalho, independentemente do posicionamento teórico, a informação empírica comprova que a fatia do ensino superior com fins lucrativos é cada vez maior.

Na América Latina, o Brasil se destaca por ter uma das maiores proporções de matrículas em instituições particulares de ensino superior e boa parte do financiamento provém de fonte privada e mais especificamente das próprias famílias dos estudantes.

É sabido que no Brasil o setor público é majoritariamente responsável pela provisão do serviço de educação exceto para o ensino superior. Nesse último caso as instituições privadas, detinham 73% das matrículas enquanto o setor público, os demais 26,3%, segundo o MEC/INEP (2012)¹, na extensão de um movimento político deliberado de expansão do ensino superior via rede particular, asseverado ao longo da década de 90.

O estudo em curso pretende então avaliar os impactos dos gastos em educação das famílias brasileiras face ao movimento de elevação da renda para os estratos mais humildes da população, ocorrido no Brasil a partir da última década (anos 2000). A pesquisa possui dois eixos fundamentais: i) a confirmação do crescente valor social que a educação revela para as diversas camadas da sociedade por um lado e ii) o paradoxo entre o concomitante aumento do número de alunos no ensino superior da rede privada e a diminuição dos valores médios pagos a título de mensalidade. Trata-se de um estudo empírico e a relevância do tema está em identificar a restrição da oferta de origem pública para o ensino superior em que pese os esforços recentes em expandi-lo e à despeito das diferentes matrizes teóricas que caracterizam o debate.

Para empreender essa tarefa, depois desta introdução apresentamos uma breve discussão sobre abordagens em relação aos gastos com educação nas condições do mundo atual. Na seção seguinte, apresentamos os aspectos metodológicos deste estudo. Na quarta seção apresentamos um panorama sobre a evolução dos gastos das famílias brasileiras ao longo da última década, focalizando os realizados em educação, especialmente com o ensino superior. Na quinta seção apresentamos a dinâmica da estrutura da renda e da população de nível superior no Brasil e na sexta tecemos algumas considerações.

2. Breve Discussão

As sociedades contemporâneas têm dado valor primordial aos dados e conhecimento que produzem informação para tomada de decisões. O aspecto central que a informação adquire é de tal monta que uma corrente de teóricos tende a denominar o mundo atual de sociedade pós-industrial, como se houvesse a transcendência do trabalhador *blue collar* e na qual as indústrias do conhecimento, com outro perfil de trabalhador, passam a ser dominantes.

Embora seja de cunho polêmico se, de fato ou não, as indústrias preponderantes do futuro estariam relacionadas ao conhecimento, é possível perceber o papel relevante da educação na atualidade e no porvir. Autores que refletem sobre o pós-industrialismo acreditam, inclusive, na massiva expansão futura das instituições e práticas educacionais. Tal perfil seria apenas possível com o engajamento do Estado no financiamento público. Esses autores apregoam inclusive a

¹ Estatísticas referentes ao ano de 2011, tendo sido contabilizados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centros Federais de Educação Tecnológica (IF/CEFET)

utilização de recursos advindos de fontes alternativas, como a exploração de minerais. “*An expanded public sector, using North Sea oil revenue for education.*” (STONIER, 1983).

O financiamento advindo de origem privada, sobretudo aqueles oriundos das famílias podem conduzir a reprodução social, asseverando inclusive as desigualdades a cada geração.

Um estudo recente sobre os EUA (DUNCAN & MURNANE, 2011), por exemplo, revela que as despesas com educação, para cada filho, realizadas pelas famílias 20% mais ricas eram quatro vezes maiores do que as realizadas pelas famílias 20% mais pobres em 1970. Na primeira década do século XXI essa diferença passou a ser de sete vezes mais que o volume gasto pelas mais pobres. Para os autores, a distância entre a base e o topo está associada à capacidade econômica das famílias em fornecer oportunidade de aprendizado e desenvolvimento de seus filhos. Essa elevação da desigualdade existiria por não ter sido compensada pelos gastos públicos.

Ainda na literatura internacional é possível encontrar diversos trabalhos sobre gastos das famílias em educação, desde um conjunto deles que trata de identificar o tamanho do setor privado *vis-à-vis* ao público, ou seja, em que medida as famílias optam pelo setor privado, aos estudos sobre os determinantes e características sociais, demográficas e espaciais que influenciam os dispêndios das famílias no item em pauta.

Numa abordagem comparativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento James (1993) procura explicar a razão de haver no nível médio, sistematicamente, uma proporção mais elevada de matrículas na rede privada entre os países em desenvolvimento comparativamente aos países desenvolvidos. A autora encontra uma proporção bem maior de matrículas na rede privada entre os países em desenvolvimento² (média=31,3%) do que entre os países ricos³ (21,4%). A hipótese central do trabalho baseia-se no princípio de “excesso de demanda”, ou seja, um número demasiado de pessoas teria preferência por ingressar em escolas públicas em oposição ao parco investimento público e o conseqüente número restrito de vagas nos países em desenvolvimento. Essas pessoas seriam então involuntariamente excluídas do sistema público e impelidas à utilização da rede privada. O estudo, portanto, abrange 12 países desenvolvidos e 38 em desenvolvimento, dentre os quais figura o Brasil. Os resultados apontam para a importância das forças culturais, mas a autora destaca a influência das políticas públicas sobre o tamanho e a natureza do setor privado. A investigação ressalta ainda a influência entre as alterações de renda e demográficas em curso em alguns países em desenvolvimento com os gastos em educação (especialmente no nível médio), pois as escolas particulares devem sofrer com uma redução de matrículas.

The coalition favoring higher public spending at the secondary level is predicted to increase with development, due to income and demographic changes, especially the decline in family size. As the public sector expands, people who have been involuntarily excluded can now find places, so excess demand-driven private schools are crowded out. According to our estimates, this process ultimately reduces the percentage in private schools to the level found in developed countries. (JAMES, E 1993 p.589)

A despeito da previsão na redução da rede privada de ensino à luz da transição demográfica, a autora acredita que as escolas remanescentes (privadas), ou seja, as que sobreviverem, provavelmente serão aquelas de nível acadêmico mais elevado.

Para o Brasil, Santana & Menezes (2009) desenvolveram, recentemente, um trabalho justamente com o propósito de averiguar o padrão de gastos em educação das famílias brasileiras, mas identificando possíveis diferenças raciais na determinação deste tipo de despesa. O estudo teve como base empírica a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE para o período de 2002-2003. As autoras separaram as famílias em quatro faixas de renda com o objetivo de verificar a

² Kenya, Lesotho, Sudão, Camarões, Chade, Liberia, Niger, Nigéria, Togo, Alto Volta, Argélia, Irã, Jordania, Marrocos, Arábia Saudita, Síria, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Índia, Indonésia, Filipinas, Cingapura, Tailândia.

³ Austrália, Bélgica, Dinamarca, Inglaterra e País de Gales, França, Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Nova Zelândia, Suécia, Estados Unidos.

ocorrência de diferenças dentro da mesma faixa e limitaram a amostra a domicílios que tivessem filhos entre seis e 25 anos e com chefes de família que se declararam brancos, negros ou pardos. Os principais resultados revelaram elasticidade-gasto com educação próxima a “um” indicando, portanto que as famílias aumentam o gasto com educação proporcionalmente com o aumento das despesas totais, seja por camada de renda (*familiar per capita*) ou grande região do país. As famílias chefiadas por pessoas que se declararam brancas e pessoas que possuíam mais elevados anos de estudos mostraram maior propensão a gastar com educação.

O estudo em curso também se utilizou da Pesquisa de Orçamentos Familiares, base de dados que apresentamos a seguir, como subseção da metodologia deste trabalho.

3. Aspectos metodológicos

3.1 A Base de dados

O estudo utilizou-se dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) elaborada pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE que ocorre com frequência indeterminada, a partir de pesquisa amostral nos domicílios brasileiros. Ela tem uma duração de 12 meses e desta maneira, além das despesas realizadas continuamente durante o ano, é possível captar aquelas efetuadas com maior intensidade durante uma das estações do ano como, por exemplo, agasalhos e sorvetes, ou mesmo resultante de condições de preços especiais, como por ocasião de safras e entressafras além das datas especiais como Natal, férias e outras.

Os objetivos principais da POF são mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e da variação patrimonial das famílias. Isso permite o cálculo dos índices de custo de vida, ou seja, a determinação e atualização das estruturas de ponderação de dois índices de preços do IBGE – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A pesquisa investiga os bens consumidos e os serviços utilizados pelas famílias brasileiras durante um ano, além do que representa este conjunto de gastos na despesa global, resultando no conhecimento da parcela do consumo das famílias no Sistema de Contas Nacionais (SCN) e da cesta básica de compras da população.

Assim, é possível retratar o perfil socioeconômico da sociedade a partir dos orçamentos domésticos, em que pese às limitações demográficas relativas à fecundidade, nupcialidade e migração e ligados ao mercado de trabalho. Nesse último aspecto as informações de ocupação restringem-se à origem dos rendimentos do trabalho e à posição na ocupação. Entretanto, em termos de rendimentos trata-se de uma das pesquisas mais apuradas por investigar em detalhe o rendimento de origem não monetária. Um estudo comparativo realizado entre duas pesquisas do IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e POF 2003 apresentou na POF “uma renda total 26% maior do que aquela obtida pela PNAD” (BARROS *et al.* 2007, p.8)

Neste trabalho utiliza-se as POFs 2002-2003 e 2008-2009 e essas duas versões diferem das anteriores⁴, pois passam a cobrir todo o território nacional e, além dos gastos monetários incorporaram os não monetários. O desenho amostral da pesquisa permite obter resultados espaciais para o Brasil, Grandes Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e Unidades da Federação. Além disso, é possível captar informações pelo tipo de situação (Urbana e Rural). Para as Unidades da Federação, os resultados contemplam o total e a situação urbana. Nas nove regiões metropolitanas e nas capitais das UFs os resultados correspondem à situação urbana.

Foram investigados apenas os domicílios particulares permanentes⁵, nos quais se identifica a unidade básica da pesquisa, isto é, a Unidade de Consumo. “A Unidade de consumo compreende

⁴ As pesquisas de 1987-1988 e 1995-1996 foram realizadas apenas nas nove principais regiões metropolitanas do país, mais os municípios de Brasília e Goiânia.

⁵ De acordo com o conceito do IBGE, o domicílio particular permanente destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia. (IBGE, 2010 p 17)

um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou as despesas com moradia” (IBGE, 2010, p.17).

Na POF a unidade de consumo é considerada equivalente ao termo família. Portanto, o conceito de família é um pouco mais amplo do que aquele usualmente considerado no campo sociológico, como grupo de pessoas com laços de parentesco.

A pesquisa identifica para cada família uma pessoa de referência como uma espécie de chefe. Trata-se do responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxas, etc). Quando nenhum morador satisfaz a pelo menos uma das condições anteriores, a pessoa de referência passa a ser apontada pelos próprios moradores da unidade de consumo. “Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha” (IBGE, 2010, p.22)

Consideraram-se moradores na POF as pessoas que tinham o domicílio como residência única ou principal e que não se encontravam afastados deste por período superior a doze meses.

Quanto ao período de realização, a POF 2002-2003 ocorreu “de julho de 2002 a junho de 2003 e a data para apresentação dos resultados foi 15 de janeiro de 2003” (IBGE 2004, p.22). Já “a POF 2008-2009 teve início no dia 19 de maio de 2008 e término no dia 18 de maio de 2009, com data de referência fixada para apresentação dos resultados em 15 de janeiro de 2009” (IBGE 2010, p.21)

Consideraram-se despesas monetárias, na POF, aquelas efetuadas através de pagamento realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito. As despesas não monetárias correspondem a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa. As despesas correntes incluem o consumo em geral (alimentação, habitação, transporte, etc), além de outras despesas correntes como impostos, contribuições trabalhistas, pensões, mesadas e doações, previdência privada entre outros.

De acordo com o IBGE, o rendimento bruto total da família, na metodologia adotada para a pesquisa, corresponde ao somatório dos rendimentos brutos monetários e não monetários dos componentes das unidades de consumo, exclusive os empregados domésticos e seus parentes.

A amostra da POF 2002-2003 reuniu dados de 48.568 famílias, totalizando 182.333 observações (pessoas) enquanto a POF 2008-2009 abarcou 56.091 famílias com 190.159 observações. Após ponderação, a amostra da POF 2002-2003 representou 48.534.638 milhões de famílias brasileiras com 175.845.964 milhões de pessoas. Já a POF 2008-2009 representou 57.815.504 milhões de famílias e 190.519.297 milhões de brasileiros.

3.2 Deflação de rendimentos e despesas nominais

Para possibilitar a comparação entre informações referentes a rendimentos e gastos nominais em instantes distintos foi necessário levar-se em consideração a inflação entre este hiato temporal, isto é, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2009.

Adotou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator, sendo os valores correntes da POF2002-2003 multiplicados 1,391437 afim de expressá-los em reais de janeiro de 2009. O INPC costuma ser o índice mais utilizado por basear-se justamente na cesta de consumo.

3.3 Variáveis utilizadas

As famílias foram consideradas como tal excluindo-se: os pensionistas, os empregados domésticos e seus parentes⁶.

⁶ Pensionistas, empregados domésticos e seus parentes representaram, cerca de, 0,2% da população, restando um total de 175.331.797 pessoas em 2003-2003 e 190.135.745 pessoas em 2008-2009.

A proveniência da matrícula do aluno em instituição pública ou privada serviu de balizador para a avaliação do tamanho das respectivas redes.

4. Evolução dos gastos em educação das famílias brasileiras

De acordo com o conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a despesa total é constituída pelas despesas correntes (despesa de consumo e outras despesas correntes), aumento de ativo e diminuição de passivo.

As despesas de consumo incluem itens como: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas, não classificadas anteriormente.

As despesas de consumo foram responsáveis por 81,3% dos gastos das famílias em 2008-2009 e, dentre os itens que compõem esse tipo de despesa, a educação representou apenas 2,5% dos gastos totais das famílias. Esse item diminuiu a sua participação ao longo dos anos 2000, pois em 2002-2003 representava 3,4% dos orçamentos familiares. Houve uma redução de 7,3% em termos absolutos. Contudo, registros da POF apresentam uma expansão das matrículas na rede privada de ensino *vis-à-vis* à pública, o que aparentemente apresenta uma contradição.

As despesas em educação são assim definidas:

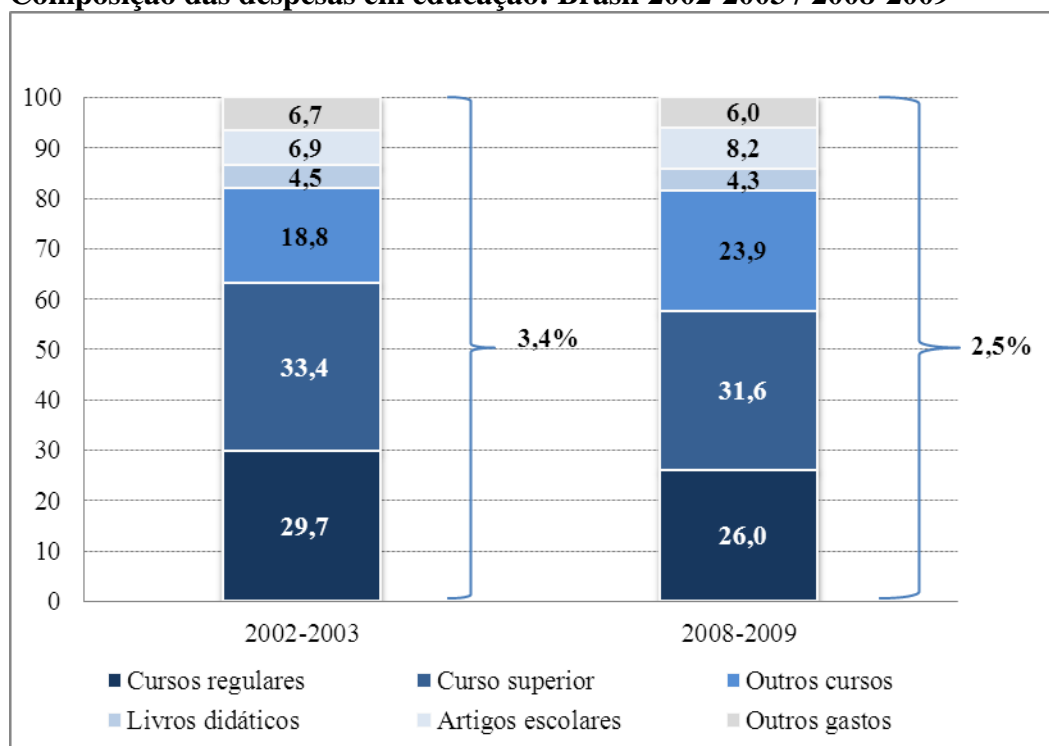
Despesas efetuadas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), curso superior de graduação, outros cursos e atividades (curso supletivo, informática, cursos de idioma e outros), livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares (mochila escolar, merendeira etc). Na linha “outras” estão agregadas as despesas tais como: uniforme escolar, matrícula e outras despesas com educação. (IBGE, 2010 p.28)

Sua estrutura compõe-se de seis itens: a) cursos básicos, b) curso superior, c) outros tipos de cursos, d) livros didáticos, e) artigos escolares e, e) outros tipos de gastos.

“Cursos regulares” (a) são constituídos por cursos pré-escolares, cursos de primeiro e cursos de segundo graus⁷. O item seguinte (b), “Curso superior”, dispensa maiores explicações. Na seqüência (c) aparecem “Outros cursos e atividades” que abrangem uma gama heterogênea de tipos de despesa, desde aula de natação a curso de doutorado. O grupo de gastos seguinte, (d), compreende subitens como assinatura de periódico técnico, livros, revistas e até aluguel de livro denominado por “Livros didáticos e revistas técnicas”. No segmento de “artigos escolares” (e) estão gastos com lápis, caneta, borracha e artigos de papelaria em geral. Por último, no grupo “Outros” (f) constam despesas como caixa escolar, taxas, transporte, uniforme e excursões escolares, taxas de inscrição para concursos/vestibulares, inscrição em congressos além de outros.

O Gráfico 1 mostra o percentual gasto em educação bem como sua composição entre diversos subitens, sendo possível ainda averiguar sua evolução temporal.

⁷ A nomenclatura adotada pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais estabelece a seguinte classificação: a) Educação básica e b) Ensino superior. A Educação básica subdivide-se ainda em: a1) Educação infantil, que abrange creche e pré-escola, a2) Ensino fundamental de nove anos, a3) Ensino médio de três anos, a4) Ensino profissionalizante e a5) Ensino especial. Os dados da POF apresentam as informações agregadas em: a) cursos regulares, que englobam cursos pré-escolares, cursos regulares de primeiro grau e cursos regulares de segundo grau e b) curso superior. Para tornar mais próximas as informações do INEP com as das POFs, os dados do INEP foram reorganizados de maneira a apresentar a agregação da POF. A classificação “cursos regulares” contém então i) o “pré-escolar” para crianças de quatro a seis anos de idade, ii) o “ensino fundamental”, para crianças na faixa de sete aos 14 anos de idade, e iii) o “ensino médio” de três anos também conhecido como “ensino secundário”, para jovens de 15 a 17 anos. Para verificar a correspondência de forma gráfica ver Anexo.

Gráfico 1**Composição das despesas em educação: Brasil 2002-2003 / 2008-2009**

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

O perfil de gastos para os dois períodos estudados mantém-se o mesmo. O ensino superior (b) destaca-se como o item de maior peso, ou seja, no qual se concentram majoritariamente as despesas em educação das famílias refletindo o predomínio da rede privada neste nível.

Para se ter uma idéia mais detalhada da evolução temporal da distribuição dos cerca de 60 milhões de estudantes brasileiros entre os diversos níveis escolares apresentamos a seguinte Tabela, indicando que embora o curso superior tenha concentrado apenas 5,9% dos estudantes em 2002-2003 e 9,8% em 2008-2009, as despesas neste nível representam as de maior proporção no total.

Tabela 1**Distribuição dos alunos brasileiros segundo nível escolar
Brasil: 2002-2003 / 2008-2009**

	2002-2003		2008-2009		Var. (%)
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Pré-escolar	4.573.084	7,6	4.133.899	6,9	(9,6)
Alfabetização de crianças	1.128.970	1,9	956.610	1,6	(15,3)
Regular do ensino fundamental	35.274.418	58,9	32.849.848	55,1	(6,9)
Regular do Ensino Médio	9.366.514	15,6	9.413.694	15,8	0,5
Cursos Regulares	50.342.986	84,1	47.354.051	79,4	(5,9)
Creche	1.916.948	3,2	2.344.342	3,9	22,3

Alfabetização de adultos	400.210	0,7	380.869	0,6	(4,8)
EJA ou Supletivo Fundamental ou 1o Grau	820.461	1,4	1.263.124	2,1	54
EJA ou Supletivo Ens. Médio ou 2o Grau	428.751	0,7	869.956	1,5	102,9
Tecnológico Superior	145.263	0,2	282.384	0,5	94,4
Pré-Vestibular	460.785	0,8	350.643	0,6	(23,9)
Superior Graduação	3.557.745	5,9	5.853.130	9,8	64,5
Especialização Superior	265.885	0,4	700.036	1,2	163,3
Mestrado ou Doutorado	176.683	0,3	228.203	0,4	29,2
Total	59.859.441	100	59.626.738	100	(0,4)

Fonte: POFs – microdados –
elaboração própria

O número de alunos desse nível superior com despesas cresceu em quase um terço ao longo do período estudado enquanto a despesa média da família com este item cresce apenas 3,5%. Além disso, a renda média total dessas famílias elevou-se em 9,3%.

Os três itens (renda, despesas em educação e número de alunos) estão associados positivamente, mas a variação dos gastos médios com alunos em ensino superior foi módica, considerando-se a evolução da renda e do número de alunos. A discrepância constatada entre as duas dinâmicas (número de alunos e despesa média em educação) pode parecer mínima já que diversos estudos (FERREIRA, 2000; HOFFMANN, 2010) comprovam a associação positiva e direta entre renda e gastos em educação.

Durante os anos 2000, o custo médio das famílias com gastos em ensino superior inexplicavelmente cai (22%) e o custo médio deste tipo de aluno também (33,6%). Tal constatação poderia ser explicada através dos preços. Contudo, tomando-se a série histórica do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta hipótese é contrariada. Na verdade, o movimento dos preços teria colaborado para a expansão dos gastos e não para uma redução, como de fato ocorreu.

Com o intuito de buscar outra explicação analisamos na seção 5 o movimento da população de acordo com as faixas de renda. Em outras palavras, avaliaremos a evolução do número de alunos de nível superior por camadas de décimos de rendimento de suas respectivas famílias.

Tabela 2
Evolução do número de famílias* e alunos: total (rede pública e privada) para famílias com despesas por tipo de subitem de educação
Brasil: 2002-2003 / 2008-2009

Subitem	2002-2003			2008-2009			Variação		
	Número Famílias	Alunos		Número Famílias	Alunos		(%)		
		Total	Particular		Total	Particular	Fam.	Total	Part.
Cursos regulares	5.000.210	-	5.041.751	3.912.883	-	4.156.187	(21,7)	-	(17,6)
Curso superior	2.638.775	-	2.009.027	2.971.111	-	2.655.280	12,6	-	32,2
Outros cursos/atividades	8.573.883	13.091.253	5.152.207	9.948.190	13.191.177	5.213.308	16,0	0,8	1,2
Livros didáticos	7.872.375	14.981.120	4.843.950	5.999.970	9.559.092	3.866.424	(23,8)	(36,2)	(20,2)
Artigos escolares	21.791.005	39.074.005	7.491.397	22.735.213	36.872.307	7.627.115	4,3	(5,6)	1,8
Outros tipos de gastos	12.594.000	24.221.474	5.841.943	8.777.199	15.511.660	4.529.452	(30,3)	(36,0)	(22,5)
Educação	29.440.386	49.253.165	11.021.419	30.744.370	46.100.578	11.621.653	4,4	(6,4)	5,4

Fonte: POFs – microdados – elaboração própria

*Foram retiradas as famílias cujos chefes tem anos de estudos e idade indeterminados

5. Dinâmica da estrutura da renda e da população de nível superior entre os dois períodos

Durante os anos 2000 ocorreu um crescimento da massa de renda das famílias brasileiras, advinda do trabalho, sobretudo para a camada da população de menor rendimento. É possível observar uma redução dessa desigualdade constatada a partir do índice de Gini, calculado com base nos microdados da POF para renda total. Dessa forma, no primeiro período (2002-2003) o coeficiente registrou o valor de 0,557 e no segundo (2008-2009) passou para 0,527. É possível também, assim como para a renda, utilizar o Gini para aferir a desigualdade entre os gastos, o que indicou um encurtamento do *gap* entre os diversos domicílios (de 0,524 para 0,522).

Recorremos ainda nesta seção a dois enfoques diferentes de renda para evitar algum tipo de viés na seleção do rendimento e reforçar a constatação da redução da heterogeneidade entre as famílias relativamente mais pobres e mais ricas.

Na primeira abordagem, somou-se o rendimento de todos os membros, além da pessoa de referência da família (cônjuge, filho e outros parentes) e dividiu-se pelo número de pessoas, de forma a expressar o valor por pessoa denominando-a de renda familiar *per capita*.

Na segunda abordagem, somou-se o rendimento de todos os membros, além da pessoa de referência e denominou-se de renda total da família.

Para as duas formas de organização do rendimento, a população (de famílias) foi então distribuída em ordem ascendente, da menor para a maior renda, entre cinco estratos com aproximadamente o mesmo número de famílias.

A tabela 3 ilustra a variação percentual do número de alunos no ensino superior entre os dois períodos, indicando que entre as famílias mais ricas há redução de estudantes enquanto nas famílias mais pobres há uma significativa expansão.

Tabela 3

Evolução do número de alunos do ensino superior e do rendimento das famílias distribuídas em quintos de renda (total e familiar *per capita*) entre 2002-2003 e 2008-2009

Quintos de renda	Alunos		Renda	
	Tipo de rendimento		Tipo de rendimento	
	Total	FPC	Total	FPC
+Pobre	529,3	574,6	52,9	25,4
2°	303,5	232,2	17,9	31,0
3°	162,0	176,2	21,2	11,6
4°	87,8	74,2	9,1	10,3
+Rico	10,4	0,1	(9,7)	(7,5)

Tomemos, a título de exemplo, o estrato vinte por cento mais pobre segundo a renda total e observamos no ensino superior que o número de alunos mais que quintuplicou-se (530%) enquanto a renda de suas respectivas famílias cresceu pela metade (53%). O fenômeno se repete quando as famílias são organizadas pela renda familiar *per capita*, com cifras um pouco diferentes (alunos quase sextuplicam e a renda aumenta em um quarto).

Analisando a outra ponta da distribuição, isto é, os vinte por cento mais ricos observamos que o número de alunos também aumenta, porém a renda das famílias decresce ao longo do tempo.

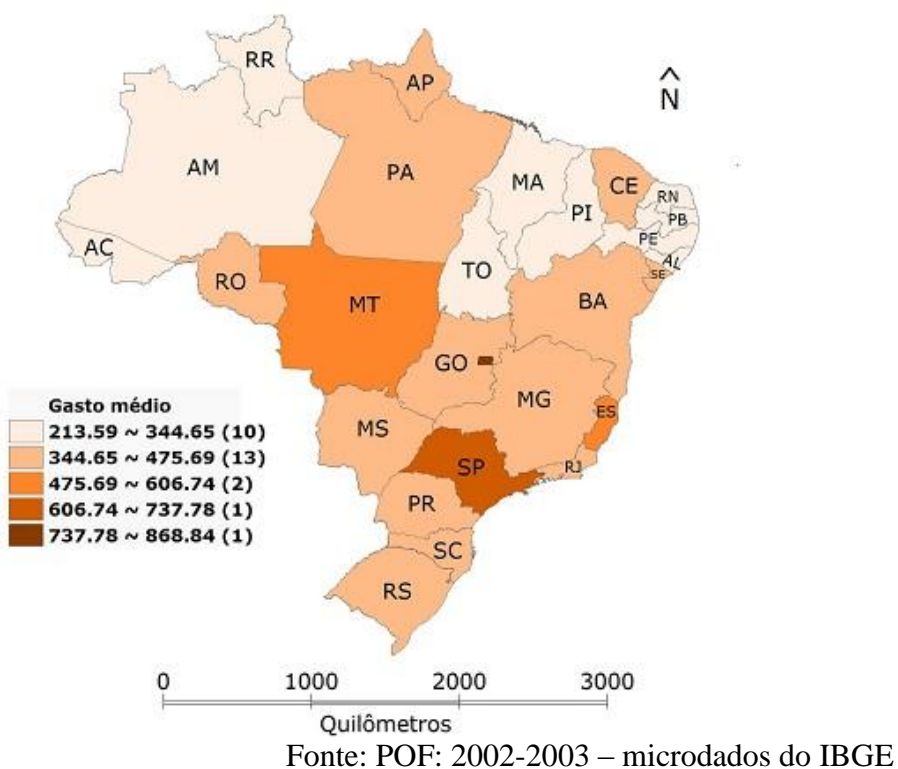
O aumento dos alunos na esfera privada do nível superior não se trata apenas de um fenômeno de escolha ou falta de opção destas famílias. Há uma crença geral na sociedade brasileira de que a

universidade privada receberia pessoas da classe média baixa enquanto a universidade pública estaria direcionada para a elite econômica. Exceções pontuais seriam as instituições confessionais, normalmente de origem católica. A resposta para o fato ocorrido pode estar associada à dimensão demográfica, pois, famílias da base da pirâmide renda são mais numerosas, provavelmente com filhos em idade para cursar o ensino superior, o que explicaria o encolhimento dos gastos no ensino superior paralelamente a sua expansão em número de matrículas.

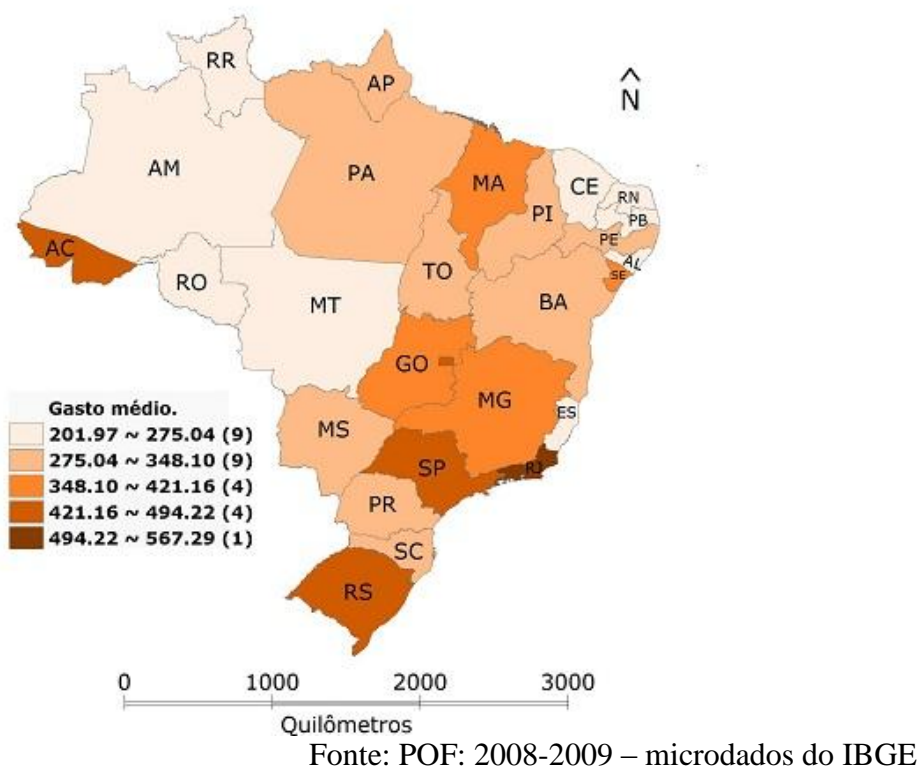
A estrutura de distribuição utilizada anteriormente aponta para a elevação dos gastos das famílias vinte por cento mais pobres e o encolhimento do mesmo tipo de despesas para as demais.

Os resultados da pesquisa sobre a redução do custo médio das famílias em ensino superior tanto é fruto da ascensão dessa camada de menor renda quanto do aumento de número de famílias, lembrando que a despesa média é calculada a partir da razão entre valores totais empregados e total de famílias. De qualquer forma, acompanhando a evolução ocorrida no Brasil por unidade da federação, é possível perceber que os estados do Sudeste, os mais ricos, detêm os valores médios mais altos.

Gastos médios da família em curso superior Brasil: 2002/2003



Gastos médios da família em curso superior Brasil: 2008/2009



6. Considerações

O estudo confirmou que a elevação da renda para as famílias dos estratos mais pobres, durante os anos 2000, permitiu que um contingente significativo da população buscasse a continuidade de seus estudos, mesmo que na rede privada, uma vez que a esfera pública incorpora apenas uma parcela pequena de alunos, dada a sua limitação de vagas. Ocorreu, assim, uma expansão significativa das matrículas no ensino superior, sobretudo nas instituições privadas.

O comportamento constatado revela a rápida massificação do ensino superior para uma camada econômica mantida à margem, seja pela impossibilidade de preparação anterior, isto é, fazendo parte de instituições competitivas, em níveis pré-universitários, podendo então ingressar na rede pública, seja pela incapacidade de arcar com as despesas de matrículas e mensalidades em organizações de nível superior privadas. De qualquer forma, fica claro o valor do ensino superior para este segmento social, pois embora a oferta pública seja restrita, a elevação da renda destas famílias no período permitiu o ingresso de seus membros no ensino privado. Ressalte-se ainda que no período do estudo os esforços para a criação de novas instituições públicas foram finalmente materializados, mas ainda insuficientes para o atendimento da demanda.

O aparente paradoxo entre o concomitante aumento do número de alunos no ensino superior da rede privada e a diminuição dos valores médios pagos a título de mensalidade se explica pela concorrência das instituições privadas de ensino superior somada à razão demográfica explicada a seguir.

A diminuição do tamanho da família e a paralela expansão do número delas (famílias) produziu uma razão entre gastos totais (numerador) e quantidade de famílias (denominador) menor. Em outras palavras, a proliferação mais veloz de arranjos unipessoais, casais sem filhos ou mesmo casais com apenas um filho vis-à-vis as despesas totais de todas as famílias provocou um efeito de redução para os gastos médios das famílias com ensino superior, observando, entretanto, que a região mais rica do país mostra os maiores valores.

Todas essas circunstâncias descritas que envolvem desde as instituições ofertantes de ensino aos aspectos demográficos e de renda da população impõem desafios às sociedades:

Em relação aos sistemas e instituições do ensino superior, o desafio principal é a construção da capacidade humana envolvendo muitas questões, por exemplo, o acesso ao ensino superior; regras de admissão e a forma com a qual diferentes instituições são escolhidas; notas e títulos; idéias e organização dos currículos; modos de ensino e métodos pedagógicos; corpo acadêmico e pessoal de ensino; e a transição do ensino superior para o trabalho e o acompanhamento dos alunos formados no mercado de trabalho. (BRUNNER, 2013)

O desafio e responsabilidade do Estado estão em aproveitar a oportunidade para orientar as forças envolvidas no sentido de se obter melhores desempenhos e aprimoramento da qualidade da educação. Por outro lado, considerando-se a massificação do ensino superior no país, a estrutura de emprego local deverá oferecer postos de trabalho para esta população economicamente ativa de nível superior sob pena de sofrer com a migração de seus melhores quadros para países sabidamente captadores deste tipo de trabalhador como é o caso do Canadá, entre outros.

7. Referências bibliográficas

BRUNNER, J. J. Novas dinâmicas do ensino superior latino-americano In: **Ensino Superior Unicamp**, n. 9, Abr-Jun, 2013.

DUNCAN, G. J.; MURNANE, R. J. (2011). *Introduction: The American Dream, Then and Now*, In: *Whither Opportunity: Rising Inequality, Schools, and Children's Life Chances*, Ed. G. J. Duncan & R. Murnane. New York: Russell Sage Foundation, 2011.

FERREIRA, F.H.G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Texto para discussão no 415, PUC-RIO, fev. 2000

----- LEITE, P. G.; LITCHFIELD, J. A.; ULYSSEA, G. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil, **Econômica**, v.8, n.1, pp.147-171, Rio de Janeiro, jun. 2006.

HOFFMANN, R. Desigualdade da renda e das despesas *per capita* no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar In: **Economia e Sociedade**, v.19, n.3(40), pp.647-661, Campinas, dez.2010.

IBGE **Séries estatísticas**, Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP261>, acessado em 20 jul 2012.

----- **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2002-2003)**, Documentação dos microdados, Rio de Janeiro, 2004.

----- **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009)**, Documentação dos microdados, Rio de Janeiro, 2010.

JAMES, E. *Why Do Different Countries Choose a Different Public-Private Mix of Educational Services?* **The Journal of Human Resources**, Vol. 28, No. 3, pp. 571-592, 1993, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/146161> acessado em:26/02/2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**, Zahar, Rio de Janeiro, 1967.

MEC, Ministério da Educação e Cultura **Sinopses estatísticas da educação superior - Graduação**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>, acessado em 07/08/2012.

PASW STATISTICS versão 18.0.

SANTANA, P. J; MENEZES, T.A. Diferenças raciais no padrão de gastos com educação, In: **Nova Economia**, pp.383-405, Belo Horizonte, set-dez 2009.

SAS, SAS/STAT – User's guide, Cary, SAS Institute Inc.

STONIER, T **The Wealth of Information**, London : Thames Methuen, 1983.

TERRAVIEW 4.1.0 São José dos Campos, SP: INPE, 2010.
Disponível em: www.dpi.inpe.br/terraview, acessado em: 02/04/2013.

UCLA: Statistical Consulting Group, **Introduction to SAS**. Disponível em:
<http://www.ats.ucla.edu/stat/sas/notes2>, acessado em 03 abril, 2013.